CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Danilo Abreu Scanapieco
Jussara dos Santos Fernandes
Lucas Carvalho Ferreira
Marici Tolvai de Souza

A "INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA" SOB TEORIA KEYNESIANA PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS CRISE DE 1929 E 2008 EM RELAÇÃO A 2020 NO BRASIL

GOIÂNIA
JUNHO DE 2021

Danilo Abreu Scanapieco
Jussara Dos Santos Fernandes
Lucas Carvalho Ferreira
Marici Tolvai De Souza

A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA “INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA” DA TEORIA KEYNESIANA PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS CRISE DE 1929, 2008 E 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), sob a orientação do Prof. Me. Aurélio Ricardo Troncoso Chaves.

Orientador: Prof. Me. Aurélio Ricardo Troncoso Chaves

GOIANIA
JUNHO DE 2021

Danilo Abreu Scanapieco

Jussara dos Santos Fernandes

Lucas Carvalho Ferreira

Marici Tolvai de Souza

A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA “INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA” DA TEORIA KEYNESIANA PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DAS CRISE DE 1929, 2008 E 2020

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi analisado e julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Administração e aprovado em sua forma final pelo Orientador e Banca Examinadora designada pelo Curso de Administração do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA).

_____

Prof. Me. Aurélio Troncoso Chaves.

Aprovado em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Edna Perpétua dos Santos – UNIALFA

Me. Heverton Eustáquio Pinto – UNIALFA

GOIÂNIA

JUNHO DE 2021

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares e amigos que de alguma forma nos estimularam, dando-nos apoio nesta caminhada, dedicamos-lhes essa Conquista com gratidão.

Agradecemos a Deus em primeiro lugar, pois sem Ele não teríamos chegado até aqui. Obrigado nosso Deus, por nos dar forças e não nos deixar desistir da realização dos nossos sonhos. A caminhada não foi fácil, porém o Senhor acompanhou cada passo nos encorajando a prosseguir.

Aos nossos pais e familiares pelo apoio. Vocês são nossos maiores exemplos, agradecemos por estarem ao nosso lado.

Ao nosso orientador que nos guiou no campo das ideias e também aos nossos amigos. Somos gratos a cada um de vocês que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização do trabalho.

É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender.

Émile Durkheim

RESUMO

SCANAPIECO, Danilo Abreu *et al.* **A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA "INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMA" DA TEORIA KEYNESIANA PARA RECUPERAÇÃO ECONOMICA DAS CRISE DE 1929, 2008 E 2020**. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Bacharelado em Ciências Econômicas do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Goiânia, 2022.

O Mundo vivenciou diversas crises que impactaram a vida social e econômica dos países em geral, crises essas que se originaram em diferentes âmbitos, financeiro, sanitário ou por disputas entre países. Historicamente foram abordad**as** três crises importantes e impactantes no mundo: a crise de 1929, causada pela superprodução seguida da quebra da bolsa de Nova York que se originou no Estados Unidos da América; a crise em 2008, do *subprime (*empréstimos hipotecários podres, ou *subprime mortage) e* e a crise de 2020, que se iniciou da pandemia do COVID 19 e está projetando uma profunda recessão econômica em todo o mundo. E foi a partir deste cenário que políticas (Monetária, Cambiais, Fiscal) e outras ações interventivas do Governo brasileiro e mundiais foram analisadas neste trabalho. Partindo do princípio que outras crises a de 1929 e 2008 tiveram forte influência da Teoria Keynesiana para solucionar os problemas econômicos e sociais, esse trabalho objetivou-se analisar a influência da teoria Keynesiana no contexto de três importantes crises mundiais. Metodologicamente esta é uma pesquisa qualitativa-descritiva, baseada em estudo bibliográfico que tem como questão a aplicação da teoria keynesiana no cenário de crise. Como resultado mostra-se a importância da regulação do governo para manter o equilíbrio econômico. Conclui-se que ambas as crises citadas neste trabalho t**iveram, no apoio governamental e em políticas públicas de enfrentamento, os fatos essenciais para suas respectivas soluções.**

Palavras-chave: Keynes. Crise econômica. Recuperação

ABSTRACT

SCANAPIECO, Danilo Abreu et al. THE USE OF THE TOOL "STATE INTERVENTION IN THE ECONOMY" OF THE KEYNESIAN THEORY FOR ECONOMIC RECOVERY FROM THE CRISES OF 1929, 2008 AND 2020. Completion of course work of the Bachelor's Degree in Economic Sciences at Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Goiânia, 2022.

The world has experienced several crises that impacted the social and economic life of countries in general, crises that originated in different areas, financial, health or disputes between countries. Historically, three important and impacting crises in the world were addressed: the crisis of 1929, caused by overproduction followed by the crash of the New York Stock Exchange that originated in the United States of America; the 2008 subprime crisis (bad mortgage loans, or subprime mortage) and the 2020 crisis, which started from the COVID 19 pandemic and is projecting a deep economic recession around the world. And it was from this scenario that policies (Monetary, Exchange, Fiscal) and other intervention actions of the Brazilian and global Government were analyzed in this work. Assuming that other crises of 1929 and 2008 had a strong influence of Keynesian Theory to solve economic and social problems, this work aimed to analyze the influence of Keynesian theory in the context of three important world crises. Methodologically, this is a qualitative-descriptive research, based on a bibliographic study whose question is the application of Keynesian theory in the crisis scenario. As a result, the importance of government regulation to maintain economic balance is shown. It is concluded that both crises mentioned in this work had, in the governmental support and in public policies of confrontation, the essential facts for their respective solutions.

Keywords: Keynes. Economic crisis. Recovery

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de desocupação (1978-2020, em %).....39
Figura 2 – Evolução do nível de ocupação e a taxa de desocupação (2012-2020, %).....40
Figura 3 – Teoria Keynesiana.....29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Impactos da crise na economia americana.....19
Tabela 2 - Países com maior nível de desemprego durante a crise.....26
Tabela 3 - Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação (set.-nov./2020) 41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características do New Deal.....21
Quadro 2 – Resumo da fundamentação teórica.....26
Quadro 3 – Resumo da Metodologia.....27
Quadro 4 – Ferramentas utilizadas pelo Governo Brasileiro para a recuperação das crises de 1929/2008 e 2020.....45

LISTA DE SIGLAS

OMS – Organização Mundial da Saúde

TARP – Programa de Alívio de Ativos Problemáticos

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

FAMPE – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas

MEI – Microempreendedores Individuais

CNC – Conselho Nacional do Café

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

EUA – Estados Unidos da América

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 16
2.1 Teoria Keynesiana 16
2.2 A Grande Depressão Crise De 1929 E O Programa New Deal 17
2.2.1 Consequências da Crise de 1929 19
2.2.2 Programa New Deal 21
2.3 Crise Do Subprime 2008 22
2.4 Crise de COVID-19 2020 23
3 METODOLOGIA 27
4 DISCUSSÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS 28
4.1 O Que É A Teoria Keynesiana 28
4.2 Auxílios E Gastos Governamentais 1929 30
4.2.1 Emprego consumo e renda 32
4.3 Consumo Das Famílias durante periodo de 2008 34
4.3.1 Investimentos governamentais 36
4.4 Consumo Das Famílias E Gastos Do Governo 2020 38
4.5 Ferramentas Da Teoria Keynesiana Utilizadas Nas Crises De 1929/2008/2020 45
5 CONCLUSÃO 47
REFERÊNCIAS 49

INTRODUÇÃO

A estrutura econômica mundial vem se desenvolvendo durante os séculos, com a integração dos países nos aspectos econômicos faz com que qualquer crise em um país desenvolvido ou em desenvolvimento afete a todos. A cada dia que passa as crises se tornam cada vez mais parecidas, sejam elas econômicas, financeiras ou sanitárias (KROTH, 2020).

A maioria das crises mundiais dos últimos tempos surgiram em países considerados ricos, pode-se destacar a crise Econômica de 1929 nos Estados Unidos, a crise Financeira de 2008 também nos Estados Unidos e a crise Sanitária e Econômica em 2019 na China (LEMOS; ALENCAR, 2020).

A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920. Marcou a decadência do liberalismo econômico, naquele momento, e teve como causas a superprodução e especulação financeira (SILVA, 2022).

Em 1929, o capitalismo passou pela maior crise de sua história, cuja recuperação só se iniciou em 1933. Com um ritmo de produção extremamente elevado após a Primeira Guerra Mundial por parte dos Estados Unidos e uma redução da demanda por esses produtos, as exportações americanas diminuíram muito. Isso fez com que se acumulasse grandes estoques de produtos, que trouxe como resultado a queda dos preços. O acontecimento, que gerou desconfiança por parte de investidores, provocou a quebra da bolsa de Nova Iorque e teve sérias consequências para a economia mundial. Para salvar o mercado, o governo adotou o plano New Deal, rompendo com a não intervenção do estado na economia e adotando o pensamento Keynesiano, do economista John Maynard Keynes, que defende que o estado deve intervir na economia para evitar as crises ou acelerar a recuperação. Isso ficou conhecido como estado de bem-estar social, ou Welfare State (CARVALHO, 2018).

Em 2008 outro acontecimento, iniciado também nos Estados Unidos, levou muitos a acreditarem que seria fim da economia mundial. A Crise do Subprime, como ficou conhecida, teve como base o mercado imobiliário americano. Com uma grande oferta de financiamentos sem garantias, em sua maioria com taxas variáveis, a inadimplência disparou, já que muitos americanos não conseguiam mais

pagar as novas parcelas que sofreram alteração em razão do aumento dos juros e da inflação, as hipotecas neste momento não tinham mais a liquidez esperada e isso resultou na falência de grandes instituições financeiras, o mercado entrou em descredito generalizado. Com a finalidade de salvar a economia americana, o governo interveio mais uma vez, com um resgate financeiro de 700 bilhões de dólares (ALBUQUERQUE, 2020).

A crise mais recente, do Coronavírus, ocorreu em 2020. Com a finalidade de frear a contaminação com o vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde do mundo todo, os governos seguiram as recomendações da OMS e se iniciou o isolamento social. Lojas e shoppings foram fechados. Alunos começaram a estudar de casa. Voos pelo mundo todo foram cancelados. E quem podia, começou a trabalhar de casa. Os setores como turismo e aviação foram um dos mais afetados. O temor foi tão grande que em apenas uma semana, a Bolsa de Valores brasileira teve seis *circuit breakers*, mecanismo de segurança utilizado pela própria bolsa que suspende as negociações por um determinado tempo. Governos do mundo inteiro tiveram que intervir em suas economias, que só foram voltando para a normalidade após o desenvolvimento das vacinas por parte das indústrias farmacêuticas e que possibilitou a abertura total do comércio novamente (ALBUQUERQUE, 2020).

A crise causou uma forte queda do comércio e flutuações significativas nas taxas de câmbio, porém uma redução limitada dos déficits e superávits mundiais em conta corrente. Como ainda e muito recente existem perspectivas altamente incertas, pois ainda pairam no horizonte riscos de novas ondas de contágio, inversão dos fluxos de capital e um novo declínio do comércio internacional (FMI, 2021).

Partindo desta premissa a pergunta que fica é: as ferramentas utilizadas pelo Governo Brasileiro para recuperar a economia, após a pandemia de COVID19, apresentam características Keynesianas?

Considerando que, assim como os demais regimes econômicos, o capitalismo não é perfeito, tem-se como objetivo geral analisar se as medidas para recuperação da economia, adotadas pelo Governo Brasileiro, no enfrentamento da crise causada pela pandemia de COVID-19, em 2020, apresentam características Keynesianas, como as medidas adotadas pelos governos mundiais nas crises de 1929 e 2008.

E como objetivos específicos: Analisar os aspectos econômicos de cada uma das crises; Comparar as ferramentas semelhantes utilizadas na recuperação

econômica durante as crises de 1929, 2008 e 2020; Identificar variáveis com características keynesianas entre as três crises.

Analisando as crises econômicas recorrentes e a recuperação posterior, este estudo comparou e analisou os fatos que se assemelham entre as crises expostas e também suas diferenças históricas, causais e comportamentais relacionadas ao mercado. O fator econômico das crises e quais ferramentas utilizadas foi o enfoque principal, para buscar a compreensão dos acontecimentos e da assertividade nas ações que buscaram a solução da crise vivenciada em cada momento histórico. O estudo trará contribuição inovadora a academia ilustrando a comparação dentre essas crises vivenciadas no capitalismo, e incentivará posteriores estudos sobre as medidas econômicas e sua eficiência em uma recuperação pós crise, é importante salientar que decisões assertivas em momentos cruciais dentro da macroeconomia trazem uma mais breve recuperação econômica.

A metodologia utilizada nesta pesquisa, é o método de pesquisa descritiva consistindo em pesquisas feitas em livros, artigos e trabalhos acadêmicos com o objetivo de descrever o assunto estudado, apresentando as características e conceitos, a finalidade da pesquisa é básica, voltada para o avanço da ciência, com abordagem qualitativa e concluindo com a análise da relação entre as variáveis definidas no tema.

Espera-se que este trabalho contribua com a ciência através da análise das informações históricas, O trabalho pode impactar na área de conhecimento, auxiliar na tomada de decisões e também pode acarretar novas discussões.

Este trabalho está subdivido em introdução do tema, fundamentação teórica, metodologia, análise e avaliação dos resultados, conclusão e referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria Keynesiana

A partir da década 30 começa a desenvolver uma nova interpretação da economia baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes. Esta foi uma solução usada diretamente na crise econômica de 1929 nos EUA, que logo ficou conhecida como a grande depressão. Keynes abandonou a teoria de que a taxa de juros era determinada pela oferta de poupança e a procura por investimentos e passou a defender que a taxa de juros junto com um marginal do capital eficiente determina o investimento, contrariando a teoria clássica (BRESSER, 1974).

Durante a Grande Depressão, Keynes sugere que o Estado atue aumentando o investimento público e o protecionismo como forma de proteger seu país, a Inglaterra, da crise. Ao contrário do que autores clássicos propunham, Keynes defendia que mercado não se ajusta sozinho a todo tempo e que, em momentos de crise, seria necessária a intervenção do Estado na economia das nações e que, somente assim, poderiam sair das crises com segurança e rapidez (HUNT; LAUTZENHEISER ,2013).

Um dos mais importantes livros de Keynes foi publicado em 1936: *"Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda"* e, desde a sua publicação, economistas debatem com muito fervor as competências da teoria e as políticas de Keynes.

Enquanto debatiam, em 1939, aconteceu na Europa a segunda guerra mundial e o governo norte americano começou a produzir uma grande quantidade de armas, além de produzir navios cargueiros e de guerra, tanques, caminhões, aviões entre outros suprimentos. E esse aumento de demanda, com consequente geração de emprego e renda, apoiou a eficácia das ideias de Keynes, consolidando-o como um autor "neo-liberal" (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

O maior interesse de Keynes era solucionar as atribulações da instabilidade econômica a curto prazo, para isso rastreou quais eram as causas das oscilações econômicas, analisando também o nível de renda e de emprego. Keynes criticou a lei de Say que diz existir um equilíbrio eterno entre oferta e demanda, para ele o período pós grande depressão teve problemas pois não havia demanda suficiente para tirar a economia americana da depressão e que para ter uma economia de

pleno emprego seria necessário reduzir a taxa de juros; aumentar os gastos públicos e aumentar o volume de empréstimos por parte do governo (RODRIGUES,2015).

Keynes também fala sobre a instabilidade econômica, alterações no nível de emprego, renda e investimentos. Durante os ciclos econômicos a economia passa por fases, são elas: expansão, recessão e depressão. A passagem de um momento de auge da economia para um estado de recessão acontece de forma rápida e inesperada e deve ser evitado. Já a recuperação dessas mesmas economias é um processo lento e gradual, o tempo de recuperação vai depender das ações políticas utilizadas para sanar os problemas deste fenômeno (MATTEI; SILVA, 2018).

Uma parte da teoria keynesiana foca em entender os ciclos econômicos, onde fundamenta a importância da intervenção do estado na economia em um momento de crise, com o propósito de estabilizar a macroeconomia através de políticas fiscais, monetárias, controle de capitais para melhor administração dos volumes de capitais especulativos. Através do aumento dos gastos fiscais, o governo estará estimulando a demanda agregada na intenção de manter o nível de produção e a oferta de emprego. Keynes acredita que para a economia se manter estável é necessário investir em algo que dê produtividade e não guarde o dinheiro “embaixo do colchão”. Quando o dinheiro não é usado a economia tende a ser instável (MATTEI; SILVA, 2018).

2.2 A Grande Depressão Crise de 1929 e o Programa New Deal

Até o ano de 1929, os Estados Unidos viviam em ares de euforia. O país de maior potência capitalista do globo comemorava os recordes de fabricação e o êxito nas transações comerciais. A população foi instigada a adquirir ações na Bolsa de Valores, empregando suas economias. O *american way of life,* ou então, o “modo de vida norte-americano”, tornou-se sinônimo de sucesso e do total desenvolvimento da nação. O alto consumo aumentou a produção industrial e agrícola. Esse consumo desenfreado se baseou em compras de eletrodomésticos e automóveis (VAZ, 2009).

O entretenimento também teve participação nesse momento de prosperidade experimentado pelos norte-americanos. O teatro e o cinema passaram a ganhar lugar e a se tornar uma das principais práticas culturais do período. O sucesso dos Estados Unidos foi atirado para as propagandas e a família trabalhadora, alegre e consumista fez-se referência no país (VAZ, 2009).

O *boom* da economia norte-americana tornou o país responsável pela produção de 42% de todos os bens fabricados no mundo. Grande parte dos países tinham dívidas com os Estados Unidos, empréstimos feitos a países europeus que estavam sendo reconstruídos (após a Primeira Guerra Mundial). Em assuntos de importação, 40% das matérias-primas vendidas pelos 15 países mais comerciais do mundo eram compradas pelos Estados Unidos (PARKER, 2009).

Esse êxtase econômico refletiu na população a partir de um consumo frenético, compravam carros e eletrodomésticos de forma desenfreada. Esse consumismo se baseou em parte na expansão do crédito que ocorreu no país sem regulação ou intervenção estatal. Essa expansão também foi responsável por financiamento de diversas atividades econômicas. Esse período influenciou no pleno emprego e rápido crescimento industrial, A produção de automóveis aumentou em 33%, os números de indústrias tiveram um aumento de 10%, e venderam cinco vezes mais (CHANCELLOR, 1999).

Isso fez com que as pessoas investissem pesadamente no mercado financeiro, levando à especulação cambial, elevando os investimentos nas ações na Bolsa de Valores. Aumento também na especulação financeira, em que pessoas compravam ações de empresas, esperando que elas valorizassem para em seguida revendê-las. Esse processo fez com que os preços das ações subissem e tinha muitos compradores, com isso criou-se uma falsa sensação de riqueza. Esse falso cenário de prosperidade financeira e superprodução resultou no colapso da economia norte-americana (CHANCELLOR, 1999).

Pode-se verificar que essa prosperidade foi sustentada por alicerces extremamente frágeis. O crédito desregulado e o aumento da especulação financeira geraram uma bolha de falsa prosperidade iminente. A sociedade não pode perceber o que estava prestes a acontecer. Este processo é descrito por Hobsbawm, 1995 da seguinte forma:

> O que acontecia, como muitas vezes acontece nos booms de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez, provocou o colapso (HOBSBAWM, 1995).

Os aumentos da produção não foram acompanhados de um aumento salarial, que permaneceram estagnados. Assim, o mercado dos Estados Unidos não conseguiu absorver o volume de bens produzidos (nem os EUA nem outros países). Isso acabou com as esperanças de uma rápida conquista de prosperidade de muitos que possuíam ações de empresas americanas (HOBSBAWM, 1995).

Mas a quebra da Bolsa de Nova Iorque, no ano de 1929, embrenhou a economia norte-americana em uma drástica crise, causando pobreza e desemprego. Milhares de pessoas decidiram vender suas ações em 24 de outubro de 1929, a chamada “Quinta-feira Negra”. Mais de 12 milhões de ações foram colocadas à venda naquele dia, causando pânico no mercado. Esta situação durou vários dias, e na segunda-feira, dia 28, mais 33 milhões de ações foram vendidas, as ações caíram imediatamente e bilhões de dólares desapareceram.

A economia dos EUA quebrou. E além disso, outros países também foram atingidos e em consequência suas economias entraram em colapso. Ao passo que o mundo capitalista estava em crise, a então União Soviética não sentiu diretamente os impactos e pôde se colocar como uma opção ao modelo econômico predominante no Ocidente (GAZIER, 2009).

2.2.1 Consequências da Crise de 1929

Rossini (2010) relata que a crise teve impacto imediato na economia norte-americana e se espalhou como um efeito dominó por todo o país. O período mais crítico foi entre 1929 e 1933; pouco tempo depois, os efeitos da crise abrandaram, principalmente devido à intervenção do governo na economia através do New Deal.

A tabela 1 sintetiza alguns dados que evidenciam o impacto da crise na economia dos Estados Unidos.

Tabela 1 – Impactos da crise de 1929 na economia Americana

Áreas afetadas	Percentual
Queda PIB nominal dos Estados Unidos	De 50%
Aumento taxa de desemprego	De 27%
Queda Importações	De 70%
Queda Exportações	De 50%
Queda nos empréstimos internacionais	De 90%
Queda produção industrial	De 1/3
Queda produção de automóveis	De 50%
Queda salário médio na indústria	De 50%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ROSSINI (2010).

Os efeitos da crise se espalharam pelo mundo, com vários países em recessão e o desemprego subindo vertiginosamente em todo o mundo. A situação era tão crítica que o desemprego atingiu níveis muito elevados nos seguintes países, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 – Países com maior nível de desemprego durante a crise de 1929

País	Nível de desemprego
Grã-Bretanha	23%
Bélgica	23%
Suécia	24%
Áustria	29%
Noruega	31%
Dinamarca	32%
Alemanha	44%

Fonte: Produzido pelos autores a partir de ROSSINI (2010).

O Brasil também sentiu os efeitos da crise de 1929. A desaceleração econômica atingiu a produção de café, principal produto de exportação do país. Cerca de 70% do café vendido no mundo era produzido no Brasil e seu principal consumidor eram os Estados Unidos (compravam cerca de 80%). Com a recessão, o café ficou preso no mercado brasileiro e o preço do produto despencou. Os fabricantes de café sofreram enormes perdas. Em meio à crise, o país enfrentava profundas mudanças políticas em decorrência da revolução de 1930. Getúlio Vargas assumiu a presidência interina do país (MARTINS, 2015).

As mudanças políticas ocorridas nesse período já são consideradas pelos historiadores como uma consequência indireta da recessão. Além disso, as exportações brasileiras de café caíram cerca de 60% e os preços internacionais do café caíram por volta de 90%. Com isso, o governo brasileiro decidiu agir. A medida de Vargas na economia foi proteger o principal produto do país. Para tanto, foi criado em 1931 o Conselho Nacional do Café (CNC). Para conter a desvalorização do café, o governo decidiu comprar as sacas estagnadas para aumentar o valor do café no mercado internacional. As sacas compradas pelo governo foram incendiadas. Essa prática durou treze anos, resultando na destruição de 78,2 milhões de sacas de café (MARTINS, 2015).

2.2.2 Programa New Deal

Ao decorrer das primeiras eleições presidenciais subsequentes à crise teve-se como discussão principal os possíveis caminhos a serem seguidos pelo próximo governante dos EUA para reorganizar a economia que se encontrava em crise e auxiliar as pessoas a saírem do estado de pobreza e desemprego. Então, venceu Franklin Delano Roosevelt, que sugeriu a intervenção do estado na economia como uma medida urgente a ser executada para tirar os Estados Unidos da crise. Criou-se o *New Deal* um programa de restauração econômica feito pelo então governo Roosevelt (COGGIOLA, 2011).

De acordo com Neves (2020) o *New Deal* ampliou a intervenção do estado na economia, ao regular as transações econômicas e a produção, como também criar obras públicas para incentivar a criação de empregos, seguindo as ideias econômicas recomendadas por Keynes. Os efeitos do programa colocaram em xeque as ideias liberais e fortaleceram a presença do Estado na economia. Ele começou a ser aplicado logo após a posse de Roosevelt à presidência dos Estados Unidos, em 1933. As principais características desse programa de recuperação econômica foram descritas no quadro 1**.**

Quadro 1 – Característica do New Deal

A Intervenção do Estado na economia através da fiscalização das transações bancárias e instituições financeiras.
Também teve a criação de sindicatos para favorecer as negociações entre os trabalhadores e patrões.
Construção de diversas obras de infraestrutura para criar novos empregos e gerar renda, estimulando o mercado consumidor. A Concessão de empréstimos para pequenos agricultores.
Criação da Previdência Social, que asseguraria um salário-mínimo para desempregados, idosos e inválidos.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Neves (2020).

Ao contrário do que foi feito nos governos anteriores, quando não havia nenhuma interferência e regulamentação governamental nas transações econômicas, o *New Deal* ampliou a ação do Estado na economia, controlou a produção de bens, realizou obras públicas para empregar aqueles que perderam seu trabalho por conta da crise. Aos poucos, o programa começou a dar resultados, e a economia norte-americana voltou a apresentar dados positivos (HEILBRONER, 1996).

E assim o liberalismo entrou em crise e os conceitos de livre mercado tiveram que ser reavaliados. De outro lado, as ideias econômicas embasadas na participação efetiva do Estado na economia receberam força não somente nos Estados Unidos, mas em todo globo (SANDRONI, 2008).

2.3 Crise do Subprime 2008

Com a economia americana se recuperando, impulsionada principalmente pelas baixas taxas de juros após 2000, o mercado de trabalho e a renda voltaram a crescer. Com isso, mais e mais famílias estavam dispostas a aceitar a grande oferta de crédito no período para realizar o sonho de ter a casa própria. Ou até mesmo especular com a alta nos preços (ALBERINI; DEEK, 2008).

O crédito se tornou tão acessível que em determinado momento não era mais necessária a apresentação de garantias. Pessoas sem renda e sem emprego estavam conseguindo financiar um imóvel sem nenhuma dificuldade. Outro fator que contribuiu para a crise foi o aumento no preço dos imóveis. Isso ocorreu não pela valorização das áreas, mas porque mais pessoas estavam procurando adquirir esses ativos. O gatilho que desencadeou a crise ocorreu em 2004, quando o governo começou a subir as taxas de juros. Com o reajuste das prestações, as pessoas não estavam conseguindo mais honrar com suas dívidas (DAMASCENO; NAVES, 2013).

Como os bancos estavam vendendo bilhões de dólares em títulos lastreados a essas hipotecas, quando a inadimplência subiu, o sistema financeiro mundial entrou em colapso. No dia 15 de setembro de 2008, o tradicional banco americano Lehman Brothers quebrou. Com diversas outras empresas falindo, uma corrida bancária pressionando os bancos, desemprego no maior nível desde 1983, queda de 25% na renda das famílias e uma redução drástica no consumo, o Governo anunciou o *Troubled Asset Relief Program* (Programa de Alívio de Ativos Problemáticos), TARP. Esse programa consistia em um socorro financeiro inicial de 700 Bilhões de dólares, que posteriormente foi reduzido para 475 bilhões (RICARDO, 2021).

Encerrado em 2013, a maior parte dos recursos do TARP foi utilizada para comprar ações de bancos, seguradoras e montadoras de automóveis. E para emprestar fundos para instituições financeiras e proprietários de casas. O programa recuperou um total de 441,7 Bilhões de dólares em fundos, evitou a falência da

indústria automobilística americana, salvou mais de 1 milhão de empregos e ajudou a estabilizar os bancos, restaurando a disponibilidade de crédito para pessoas físicas e jurídicas (RICARDO, 2021).

No setor privado, as demissões se concentraram principalmente em atividades da construção civil, algo que já era esperado, uma vez que o que desencadeou a crise foi justamente o problema relacionado ao financiamento de moradias. A atividade manufatureira também foi uma das que mais sofreu, algo que também era previsível, já que com o aumento de desemprego, ocorreu uma retração no consumo por parte das famílias. Isso resultou em menos encomendas para as indústrias e menos investimentos, pois o período foi caracterizado por uma deterioração das expectativas. Essas duas atividades responderam por cerca de 54% de todos os postos de trabalho eliminados no setor privado, entre dezembro de 2007 e dezembro de 2010, nos EUA. Na construção civil foram cerca de 1.86 milhões e nas atividades manufatureiras, 2.1 milhões (BASTOS, MATTOS, 2011).

A queda foi proporcionalmente menor no setor público. Isso ocorre, pois, a lógica de determinação no nível de emprego é diferente. Enquanto no setor privado ela se baseia na produção visando lucros, no setor público ela se baseia na oferta de serviços. Nesse setor, o corte foi mais expressivo na esfera local, seguido pela esfera estadual. No âmbito local, nos três anos, ocorreu uma perda de 222 mil postos, com os cortes sendo mais expressivos em 2010 (BASTOS, MATTOS, 2011).

Contudo, não foram apenas as pessoas que ficaram desempregadas que sofreram com a crise. Em um cenário de recessão como esse, até os cidadãos que mantiveram seus postos, sofreram com o não reajuste em seus pagamentos, corte de horas trabalhadas (e consequentemente do salário) e inflação. A renda pessoal dos norte-americanos sofreu uma queda de 25% no período, voltando a se recuperar apenas em 2010. Como consequência, foi um período de retração muito forte no consumo por parte das famílias (CAMPOS, 2010).

2.4 Crise de COVID- 2019/2020

A sociedade moderna já foi afetada por inúmeras crises econômicas que, na maior parte das vezes, tinham a guerra como fato gerador. Entretanto estas não são as únicas responsáveis, podendo-se destacar também as crises com caráter sanitário e de saúde.

Pandemias de Gripe Espanhola (1918-1920), a Gripe Aviária (2003-2004), Gripe A (2009), dentre outras, também produziram impactos na economia das nações que atingiram, ainda que em menor escala.

E no mês de dezembro de 2019 na província de Hubei (República Popular da China), foi detectado um novo vírus que posteriormente ficou conhecido como “coronavírus”. Em março de 2020 a doença causada por este vírus se tornou endêmica e seus efeitos atingiram os campos sociais, da saúde, e a economia (TÁVORA, 2020).

Com o avanço da Covid-19 os estados e municípios brasileiros, bem como diversos países se viram obrigados a tomar medidas de emergência. Determinando o isolamento social, obrigando empresas a pararem suas atividades econômicas, o que afetou diretamente o emprego e a renda da população. Dessa forma a crise chegou primeiro para os trabalhadores informais, já aqueles que trabalhavam sob regime de CLT conseguiram manter seus empregos por um tempo, devido aos custos de demissão e de contratação. Porém quem mais tem sofrido são as micro e pequenas empresas, que demonstram dificuldades em gerir o fluxo de caixa. Diante disso, os setores de turismo, transporte, e os de alimentação fora de casa foram mais afetados do que outros (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Este evento inesperado nos encaminhou a uma diversidade de quebras com as rotinas habituais, e seus efeitos tomaram proporção global gerando um ciclo econômico. E nos primeiros momentos levou o país a uma retração econômica, com diminuição de empregos, diminuição de renda e consequentemente de consumo. Exceto o consumo básico designado à sobrevivência do indivíduo (alimentos, produtos de higiene e limpeza). Os impactos da pandemia foram avassaladores em todo o globo afetando as importações e exportações (ORNELAS, 2020).

Diante destas circunstâncias em que o meio social precisava de ajuda por terem sido atingidos pelo problema de saúde pública e o declínio dos indicadores econômicos, era necessário proteger e reestruturar não só as condições sanitárias, mas também os níveis de produção, emprego e renda. Em mente a quebra de tendência neste quadro, desencadeado pelos prejuízos ocorridos pela pandemia, exigia uma série de “possíveis soluções” para a retomada da estabilidade do sistema econômico. E contrariando alguns, as medidas deviam estar longe do conceito de mínima intervenção, deixando de lado o liberalismo com suas ferramentas de auto ajuste de equilíbrio de pleno emprego Nunes; Carvalho e Souza (2021) dizem que:

> Para afastar a economia de uma depressão, Keynes (1996) acreditava que o Estado deveria intervir por meio de uma política macroeconômica administrada contando com aumentos dos gastos fiscais e redução da carga tributária, além de atuar na esfera psicológica dos mercados estimulando a recuperação do estado de confiança dos agentes econômicos(...) nesse caso, soluções do tipo redução da taxa de juros, com o intuito de estimular os investimentos, não adiantariam se a incerteza permanecer. Somente depois de recuperada a confiança, uma queda na taxa de juros poderia estimular o retorno dos investimentos (NUNES; CARVALHO; SOUZA, 2021).

Foi instituída uma medida arrojada em termos econômicos no País, o auxílio emergencial foi uma medida idealizada para socorrer pessoas e famílias que se tornaram mais vulneráveis mediante a crise sanitária. Esta medida passou por algumas fases: a primeira foi planejada para perdurar três meses, porém o auxílio foi sendo modificado conforme a necessidade se estendendo até 2021. Pode-se analisar esta injeção de capital na economia como um socorro emergencial financeiro ou como uma tentativa de recuperação da economia, já que a medida devolveu o poder de compra a milhões de famílias e foi direcionado diretamente ao consumo. Causando assim um efeito em cadeia: consumo, investimento e renda. Este programa foi uma parte importante neste novo momento de crise sanitária e econômica, pois trouxe de volta a confiança na recuperação do mercado (NUNES; CARVALHO; SOUZA, 2021).

O governo federal brasileiro também apoiou as empresas privadas, com medidas para manutenção e estabilização de emprego e renda.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou a expansão de uma linha de crédito para empresas com até R$300 milhões de faturamento anual durante o período de isolamento social. Isso inclui as micro e pequenas empresas que têm acesso a juros mais baixos e prazos mais longos, esta medida foi adotada para garantir os salários e evitar a inadimplência pelas empresas. Gerando assim uma maior confiança dos empresários em continuar a produzir, esta ação foi de primordial importância para a manutenção do mercado e socorro às empresas (BNDS,2020).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Caixa Econômica Federal organizaram ainda uma linha especial de crédito de R$12 bilhões, garantido pelo próprio SEBRAE com ajuda do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE). Possibilitando os microempreendedores individuais

(MEI) e empresas de pequeno porte a atender as garantias exigidas pelos bancos. Mas para ter acesso ao financiamento é exigido que as empresas tenham no mínimo 12 meses de faturamento, e não podem ter nenhum tipo de restrição de CNPJ ou CPF (SEBRAE, 2020).

Quadro 2 – Resumo da fundamentação teórica

Seção	**Autor (ano)**	**Principais contribuições**
2.1 Teoria Keynesiana	Bresser, 1974 Hunt; Lautzenhiser, 2013 Rodrigues, 2015 Mattei; Silva, 2018	Conceito e evolução
2.2 A Grande depressão 1929 e o Programa New Deal	Gazier, 2009 Hobsbawm, 1995 Chancellor, 1999 Parker, 2009 Vaz, 2009	Conceito, Objetivo e Elementos
2.2.1 Consequências da crise	Rossini, 2010 Martins, 2015	Conceito e evolução
2.2.2 Programa New Deal	Coggiola, 2011 Sandroni, 2008 Neves, 2020 Heilbroner, 1996	Conceito e evolução
2.3 Crise do subprime 2008	Damasceno, Naves, Ricardo, 2021 Alberini; Deek, 2008 Mattei; Silva, 2017	Conceito e Objetivos
2.4 Crise de COVID-19 2020	Távora, 2020 Nunes; Carvalho; Souza, 2021 Ornelas, 2020 Ministério da economia, 2020 Keynes, 1996 BNDES, 2020	Conceito, elementos e objetivos

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de investigar e extrair as informações relacionadas ao tema será utilizado diversos métodos exploratórios e descritivos, a fim de registrar e descrever os dados observados dentro do período delimitado na proposta de pesquisa (MENDOÇA; ROCHA e NUNES, 2008).

Para abordar o tema proposto neste trabalho, que tem por finalidade básica o avanço científico, serão realizadas pesquisas bibliográficas a partir de materiais já publicados e disponíveis em diferentes fontes, para observar fatos mais amplos e fornecer amparo na coleta de dados dispersos, como no caso de estudos de dados históricos. (MENDOÇA; ROCHA e NUNES, 2008).

Quanto à abordagem do problema será de forma qualitativa que tem vias a analisar os fatos de uma forma objetiva e subjetiva, o que não poderia ser visto apenas em uma visão numérica. Esse modelo de pesquisa busca uma interpretação dos fatos e também verificar os respectivos significados. Analisando uma relação entre os elementos e os acontecimentos estudados. Será observado os fenômenos propostos em seu ambiente a fim de buscar fatos que demonstrem a realidade e semelhanças entre eles (MENDOÇA; ROCHA e NUNES, 2008).

Quadro 3 – Resumo da Metodologia

CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA
QUANTO A FINALIDADE
Básica: voltada para o avanço da ciência
QUANTO AO OBJETIVO
Exploratório: Obter informações gerais sobre um assunto **Descritiva:** Identificar, registrar e descrever fatos ou dados sem neles interferir
QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA
Qualitativa: Busca a interpretação dos fenômenos a partir da compreensão de suas inter-relações.
QUANTO A TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS
Bibliográfica: Utilização de material disponível em diferentes fontes

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de Mendonça, Rocha; Nunes, 2008.

4 DISCUSSÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo expõe o resultado das pesquisas feitas durante o trabalho, nas quais foram identificadas ações governamentais utilizadas pelos governos mundiais e brasileiro durante o período de crise nos anos de 1929, 2008 e 2020, esses dados serão comparados com as ações criadas pelo economista John Maynard Keynes dentro da teoria Keynesiana para solucionar crises econômicas e estabilizar o mercado.

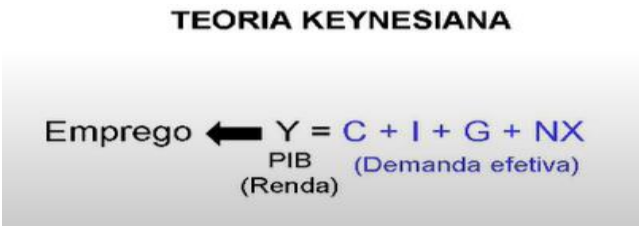
4.1 O que é a Teoria Keynesiana

Para economistas liberais a solução era deixar o mercado fluir sozinho, através do livre mercado, livre concorrência, acreditando eles que a própria economia se ajustaria "A melhor política é sempre deixar as coisas andarem seu curso normal" (SMITH, 1983).

Porém durante a grande depressão, essa teoria não funcionou para solucionar a falta de emprego que começou nos EUA e se estendeu por vários outros países. Nessa mesma época Keynes criou a sua teoria que explica a causa do desemprego e propôs ações diferentes das que os liberais propunham para combater a falta de oferta de emprego. Keynes criou uma base macroeconômica, desenvolveu vários conceitos do ramo e hoje é considerado o pai da macroeconomia (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Para Keynes (1936) a causa básica do desemprego é a carência da demanda efetiva, que é a soma dos componentes do PIB de uma economia. Ele explica que existe uma relação direta entre renda e emprego e que a demanda efetiva são as somas dos *gastos de consumo das famílias, os gastos de investimentos de empresários, os gastos do governo e as exportações líquidas,* conforme figura 1.

Figura 1 – Teoria keynesiana



Fonte: Keynes (1936)

Consumo das famílias; são os gastos da família em bens e serviços. O que afeta o consumo das famílias é a renda. Famílias com renda maior gastam mais em valores absolutos e também poupam mais. Famílias com renda baixa tendem a gastar toda sua renda. Um outro fator é a propensão a consumir: famílias com renda maior, consomem uma porcentagem menor de sua renda se comparadas com as famílias que têm uma renda menor (MENDES, C et al. 2012).

Gastos com Investimento: é o que as empresas gastam para ampliar a capacidade de produção no futuro. Para Keynes o empresário antes de investir, irá comparar o retorno esperado do investimento, com a taxa de juros do mercado financeiro, pois se o retorno do investimento for menor, não compensa investir no negócio, mas sim deixar rendendo o juros do mercado financeiro. Entretanto, durante um momento de grande incerteza, como foi na crise da grande depressão, o empresário não investe mesmo com taxas de juros muito baixas (MENDES, C et al. 2012).

Gastos do governo: É o aumento dos gastos governamentais é o que Keynes propõe para sair da crise. Essa estratégia era utilizada apenas nos momentos de crise. Na teoria keynesiana em um momento de incerteza o governo deve participar ativamente da economia, realizando mais gastos públicos. Para isso acontecer o governo pode captar o dinheiro que não foi gasto e está parado na economia, também pode emitir títulos públicos, que seria pegar dinheiro emprestado das empresas, após esse empréstimo o governo gasta. Exemplo de gastos são: construção de escolas, hospitais, estradas e em situações específicas até dava dinheiro para as pessoas. Os gastos do governo fazem o dinheiro voltar a circular na economia, alcançando as famílias e as empresas (MENDES, C et al. 2012).

Auxílio do governo: Em uma situação de crise quando há uma redução na propensão a consumir, em função do desemprego, as circunstâncias geram incertezas extremas em relação ao futuro e não incentivam as pessoas que possuem dinheiro parado a gastar. Segundo Keynes, para solucionar é necessário uma intervenção do governo. O governo vai intervir fazendo modificações necessárias com o objetivo de estimular o crescimento econômico, essas modificações podem ocorrer dentro da política fiscal e taxa de juros (MENDES, C et al. 2012).

Variações na política fiscal: o indivíduo e as empresas necessitam de incentivos para consumir. Por vezes, através de investimentos para melhoria de seus negócios. Os incentivos dado pelo governo auxilia as pessoas e empresas e aumenta a confiança dos cidadãos em gastar e isso é um fator de muita importância para reerguer o mercado. O auxílio dado às empresas é uma estratégia utilizada para manter o empregoe renda, vindo através de políticas fiscais (CALZOLAIO, 2011).

Taxa de juros: a demanda de bens de consumo depende em primeiro lugar da renda dos agentes econômicos e logo em seguida vem a taxa de juros. Com a taxa de juros reduzida, existe uma tendência maior ao consumo e ao investimento nas empresas, mas para isso também é necessário que o Estado faça um déficit orçamentário emitindo títulos para extrair dinheiro não utilizado do setor privado (SILVA,1996).

Geração de empregos: Keynes (1936) diz que o Estado pode gerar emprego através de obras, aumentando a infra estrutura e assim contratando mão de obra. Com a geração de renda aumenta a propensão a consumir e isso causa um efeito multiplicador de produção, emprego, renda e tudo que é necessário para o desenvolvimento econômico.

Quando os componentes da demanda efetiva estão funcionando corretamente, acontece um efeito que se chama efeito multiplicador. O efeito multiplicador é um investimento inicial que gera gastos adicionais na economia, mas que resulta em um aumento na renda nacional, maior que o investimento inicial (MENDES, 2009).

Keynes contribui no sistema macroeconômico ensinando que o Estado deve agir no sistema capitalista utilizando os meios da polícia econômica. Essa ação do Estado é um ingrediente necessário para um bom funcionamento do sistema, com ele é possível maximizar o nível de emprego e por tanto da renda e um bem estar coletivo (SILVA, 1996).

4.2 Auxílios e gastos Governamentais 1929

A Crise de 1929 colocou em xeque a viabilidade das medidas econômicas liberais, que apontavam o mercado capitalista como o instrumento ideal para se alcançar o equilíbrio econômico e social, sem a intervenção maciça do Estado. A resposta à crise foi encontrada nos Estados Unidos e depois nos demais países do

capitalismo ocidental na ampliação da intervenção do Estado, com o planejamento econômico. Nos EUA, essas medidas foram implantadas no governo do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) e receberam o nome de Novo Acordo (*New Deal*) (PINTO, 2018).

O plano articulou investimentos estatais e privados, reformas para adequar diversos setores da economia e estimular o consumo, aquecendo assim a economia daquele país. O *New Deal* foi levado a cabo entre 1933 e 1937 nos Estados Unidos, com vistas a recuperar a economia estadunidense da crise de superprodução e especulação financeira ocorrida em 1929. As medidas tomadas nesse período buscaram, acima de tudo, a geração de empregos. Com isso, o governo pretendia aumentar o consumo dos trabalhadores assalariados, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento (BEZERRA, 2017).

Conforme Ramos 2020, o *New Deal* se caracterizou por um forte investimento estatal, principalmente na construção de infraestruturas. Essas medidas eram essenciais para geração de empregos, visto que após a crise de 1929 o número de desempregados estava alto. O governo dos EUA também aplicou uma reforma do sistema bancário e monetário. Através da modificação e criação de leis, passou a ter poderes de controle e fiscalização sobre o mercado financeiro. As empresas também passaram a ter seu estoque controlado pelo governo, evitando acúmulo de estoque e preços inflacionados. Enquanto na parte agrícola diversas medidas incluindo subsídios e empréstimos foram direcionados para aumentar a produção desse setor.

Ocorreu concessão de empréstimos aos fazendeiros para que eles conseguissem pagar suas dívidas e reordenar a produção. Produtos básicos como carvão, petróleo e cereais tiveram fixação dos preços. Além dos diversos empregos criados em obras públicas também houve aumento do salário dos empregados, e criação de um salário desemprego para aliviar a situação dos desempregados (COTRIM, 1955).

Vale ressaltar que este programa não liquidou totalmente a crise econômica, mas manteve a estabilidade. A partir de 1935, a economia do país voltou a se estabelecer, mas só se restabeleceu totalmente com a Segunda Guerra Mundial (COTRIM, 1955).

4.2.1 Consumo, emprego e Renda

Nos períodos que antecederam a crise de 1929, tinha-se a visão de que a economia dos Estados Unidos parecia ser inabalável e todo o dinheiro investido na bolsa de Nova York voltaria com retornos substanciais. Foi com essa visão que a concessão de créditos para os americanos, a política expansionista e a especulação na bolsa atingiram proporções altíssimas, sem nexo com a realidade por trás da especulação (AUSTO, 2013).

Com a fácil concessão de créditos bancários e lucros certeiros na bolsa de Nova York, os bancos emprestavam mais dinheiro, e os americanos gozavam cada vez mais desse crédito. A esperança de pagamento baseava-se na especulação criada na inabalável economia americana (AUSTO, 2013).

O cenário perfeito para a grande crise foi criado, e em outubro de 1929 toda bolha se rompeu. As ações não tinham mais demanda e aqueles que tinham queriam se livrar a todo custo. A depressão que se seguiu à crise da bolsa perpassou os três anos subsequentes (HOBSBAWM, 1995).

Durante esses anos, centenas e centenas de empresas fecharam as suas portas e milhares de pessoas perderam os seus empregos, vivendo em condições de total miséria. Sem condições de pagar os aluguéis e sem proteção social, os despejos e as filas para distribuição de alimentos e agasalhos eram comuns (MAZZUCCHELLI, 2008).

Quando se confronta os anos de 1929 versus 1932 nota-se que a queda da atividade econômica dos EUA foi enorme. A produção industrial diminuiu pela metade e a produção de bens e equipamentos encolheu 75%. Durante a grande crise, o número de desempregados jamais ficou abaixo dos 8 milhões. Em 1933, um quarto (1/4) da força de trabalho americana estava sem emprego. Consequentemente, os salários caíram drasticamente. Grandes contingentes populacionais perambulavam de cidade em cidade em troca de qualquer opção de trabalho ou um prato de comida (GALBRAITH, 2010).

No pico da grande depressão, em 1932, cerca de 40 bancos faliram por dia em todo o país. As falências bancárias contribuíram para paralisar as decisões de investimento. Entre 1929 e 1932, a incrível marca de 5.096 bancos suspendeu seus pagamentos (NEVES, 1995).

A grande crise americana também prejudicou o restante do mundo, incluindo o Brasil. Por um lado, pelo fato de haver enorme assimetria dos EUA com o restante do mundo. E por outro, a restrição do comércio internacional decorrente do repatriamento maciço dos capitais norte americano investido no estrangeiro, do protecionismo ascendente a partir de 1930 e do desmoronamento do sistema monetário nacional (AUSTO, 2013).

O protecionismo e o regionalismo ganharam força, como por exemplo as decisões tomadas frente à queda dos preços agrícolas, gerada pela superprodução originada do aumento substancial da produção mundial. A maioria dos países protegeu sua agricultura e tentava-se exportar o desemprego, restringindo as importações e estimulando as exportações. Em 1929 a produção industrial dos Estados Unidos correspondia a quase metade de todo o planeta e suas importações eram apenas 12,5%. No bojo do esmorecimento econômico geral, a queda da produção industrial mundial foi de 37%, ao passo que o comércio mundial diminuiu 25% (HOBSBAWM,1995).

Os países mais pobres sofreram com o preço das commodities que exportavam ocasionando uma desvalorização em série. Na América Latina a crise dos Estados Unidos fez com que suas exportações diminuíssem mais de 40% além de interromper o fluxo de investimento estrangeiro.

No Brasil, a área que mais sofreu com a crise foi a produção do café. O Brasil era responsável por cerca de 70% do café exportado para o mundo e cerca de 80% era comprado pelos Estados Unidos. Nesse período a exportação reduziu cerca de 60% (GALBRAITH, 2010).

A procura e os preços do café caíram drasticamente, causando gigantescos prejuízos. A fim de evitar uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro criou o Conselho Nacional do Café (CNC), que comprava e queimava o excedente de café. Assim, diminuía a oferta, conseguindo manter o preço do principal produto brasileiro na época (ROSSINI, 2012).

A crise do café, impulsionada pela crise americana, estimulou os cafeicultores a investir no setor industrial, alavancando a indústria brasileira (GALBRAITH, 2010).

4.3 **Consumo das famílias durante o período de 2008**

O desemprego nos Estados Unidos entre dezembro de 2007 e março de 2010 atingiu níveis que não eram vistos desde 1983, chegando a 10%. O número total de demissões em massa (com ajuste sazonal) foi de 54.937. Em alguns estados, o desemprego ultrapassou os 14%. Diversas áreas foram atingidas, como a bancária, automobilística, imobiliária e até grandes lojas. O ritmo de queda no emprego acelerou principalmente após a quebra do Lehman Brothers (CAMPOS, 2010).

Com o aumento do desemprego e queda na renda era esperado que o consumo fosse afetado. Não apenas para as empresas, mas também para as famílias. O gasto que mais impacta no bolso dos americanos é o gasto com transporte. Por ser um país muito grande, os cidadãos que moram em metrópoles podem contar com o transporte público. Em cidades menores isso nem sempre é possível, o que faz com que seja muito comum nos Estados Unidos as pessoas terem carros. Por outro lado, os consumidores foram impactados principalmente pelo aumento no preço do petróleo, o que fez com que o preço do galão de gasolina alcançasse o pico de 4 dólares em 2008. Como ter um carro estava pesando cada vez mais no bolso dos americanos, a venda de veículos também caiu muito. Isso explica por que a indústria automobilística foi tão afetada, gigantes como a GM tiveram que buscar ajuda governamental para atravessar o período. Só no ano de 2009, a GM teve uma queda de 52,9% nas vendas de automóveis (FILHO, FERRASSA, ORTEGA, 2013).

O segundo maior gasto dos americanos era com a moradia. O que era normal, já que em um cenário de taxas de juros baixas e oferta enorme de crédito, os americanos estavam financiando várias casas, muitas até sem comprovar renda. Essa despesa foi a que mais sofreu redução durante a recessão por um motivo óbvio: quando a taxa de juros subiu a maioria das pessoas simplesmente não conseguiam mais honrar suas hipotecas, que foram reajustadas. Isso deixou muitas pessoas sem teto. A indústria de construção civil, tanto as construtoras como as próprias empresas que fabricavam cimento e pré-moldados por exemplo, foram impactadas pela redução da demanda por imóveis. Durante a crise, a venda de imóveis reduziu mais de 80% em todo o país (CRIVELLI, 2021).

O terceiro maior gasto, que passou a assumir o segundo lugar temporariamente no início de 2010 era com a alimentação. Aqui observou-se um

fator interessante. Os americanos mudaram seus hábitos para gastar menos. Muitos deles passaram a fazer mais refeições em casa. As redes de comida rápida e barata que conseguiram adaptar seu menu o mais rápido possível para oferecer valor aos clientes se saíram melhor do que os restaurantes chamados "*full servisse dinner",* que são aqueles mais sofisticados e com menus mais caros. Muitos desses fecharam suas portas ou acabaram entrando em concordata. As redes de fast food perderam clientes e faturamento, enquanto Wal-Mart e outros do mesmo ramo haviam incrementado as vendas na área de alimentos. Segundo o *National Restaurant Association (NRA),* o setor encolheu 2,8% em 2008. O pior resultado em 30 anos (CAVALCANTI, 2012).

A Europa também sofreu bastante no período, principalmente os países fora da Zona do Euro. Grécia e Espanha tiveram anos consecutivos de aumento de desemprego, com a taxa passando de 25% em determinados momentos. Por outro lado, os países da Zona do Euro sofreram um impacto muito menor, com a taxa ficando na média de 12% (BONATTO, 2018).

O Brasil estava em um momento favorável quando foi atingido pela crise. Na época, a taxa de desemprego estava em 7,8% no terceiro trimestre de 2008, segundo o IBGE, e chegou a 8,6%. Com esse pequeno aumento, observa-se que os impactos da crise no Brasil foram menos intensos, se comparado com outros países. O setor mais afetado foi o da indústria. Segmentos como metalurgia, equipamentos e produtos de metal tiveram uma perda de mais de 10% dos postos de trabalho. Pessoas ligadas a esses setores foram as que mais sofreram com a queda na renda (SILVA, 2014).

4.3.1 Investimentos Governamentais

Assim que a crise de 2008 começou o governo norte-americano, em uma série de reformas, identificou quais grandes empresas e práticas que levaram ao colapso eram responsáveis pelas principais ações, que foram punidas e revogadas, tanto nacional quanto internacionalmente. O governo dos EUA tomou outras medidas para tentar evitar uma crise que afetasse a maior economia do planeta, reduzindo as taxas de juros de empréstimos de recursos de curto prazo a bancos em dificuldades financeiras e injetando US$ 2 bilhões em recursos no Bank of America para evitar uma liquidez o sistema fornece financiamento (CASTRO, 2008).

Sob pressão de todas as partes, o Federal Reserve reduziu inesperadamente a taxa básica de juros dos EUA em 0,50 ponto percentual, para 4,75% ao ano. Durante esse período, o presidente George W. Bush anunciou um plano federal para congelar os juros das hipotecas por cinco anos. A medida só se aplica a hipotecas consideradas de alto risco, as chamadas "hipotecas subprime" no centro da crise financeira. No final de 2007, o Fed, juntamente com os outros quatro bancos centrais do mundo, o Banco da Inglaterra, o Banco Central Europeu, o Banco do Canadá e o Banco Nacional Suíço, anunciaram uma série de medidas a serem tomadas em resposta à crise de crédito. Entre eles, os recursos são injetados por meio de operações de curto prazo (CASTRO, 2008).

No início de 2008, a Casa Branca e o Congresso dos EUA anunciaram um acordo para aprovar um pacote de resgate fiscal para estimular a economia dos EUA e evitar que o país entrasse em recessão. O pacote incluía um reembolso de US $300 a US $1.200 e dedução de impostos. O objetivo era reverter o ritmo de desaceleração da economia e fazer com que as pessoas, que são a base da economia dos EUA, voltem a crescer. Em março de 2008, o Federal Reserve anunciou US $200 bilhões em assistência em dinheiro para instituições financeiras em dificuldades e cortou as taxas de empréstimos de emergência para os bancos em uma reunião especial. O Fed também ampliou o escopo de garantias de empréstimos e prazos de pagamento. Além disso, emitiu empréstimos de curto prazo para instituições financeiras por meio de leilões, liberando mais de US $510 bilhões no sistema bancário (JARDIM, 2013).

Também em 2007, o presidente George W. Bush criou um programa do governo para ajudar as famílias americanas que lutavam para pagar hipotecas de alto risco. O governo propôs garantias de empréstimos para proprietários em dificuldades com mais de 90 dias de atraso, incluindo refinanciamento de dívidas a taxas mais baixas. O governo de George W. Bush também resgatou o sistema bancário ao assinar um pacote de US $700 bilhões conhecido como Tarp, que é fortemente aprovado pelo Congresso contra a oposição. O Federal Reserve emitiu US $20 bilhões em empréstimos a bancos comerciais por meio de leilões como parte de medidas para aliviar o impacto da crise de crédito nos EUA e em outros lugares. Foi o primeiro de uma série de leilões das autoridades monetárias dos EUA para evitar uma crise de liquidez no sistema bancário local (CONTRI, 2013).

O governo também resgatou empresas em dificuldades. As montadoras General Motors (GM) e Chrysler, por exemplo, receberam cerca de US $62,5 bilhões no total. Os fundos foram usados para manter as empresas à tona e para tornar os Estados Unidos o dono de algumas delas. Ao longo dos anos, o governo retirou fundos à medida que as empresas se recuperaram. No caso da AIG, os EUA tiveram que injetar mais recursos depois de US $85 bilhões. No total, a empresa economizou US $182 bilhões. Quando o cashback terminou em 2012, o governo vendeu sua participação na seguradora. No resgate, a GM recebeu US $50 bilhões em financiamento público (MAAHS, 2014).

Em seu governo, Bush cortou impostos para estimular a demanda privada e assinou um projeto de lei no Congresso que previa US $152 bilhões para esse fim. Em fevereiro de 2009, Obama propôs um controverso plano de estímulo para infraestrutura, energia e escolas para acelerar a economia do país e criar empregos. O documento foi revisado no Congresso e sua versão final incluiu uma injeção de US $787 bilhões na economia, que foi revisada para US $831 bilhões nos anos seguintes. Assim como os EUA, as autoridades europeias anunciaram um pacote de resgate maciço para instituições financeiras em outubro de 2008 – quase US $700 bilhões no Reino Unido e mais de US $2,5 trilhões na zona do euro (UCHOA, 2018).

Também em 2008, a UE anunciou um plano de recuperação em que as medidas de estímulo totalizaram mais de 1,5% do PIB do bloco. Para a China, cuja economia depende em grande parte das exportações, a queda na demanda global causada pela crise significa um enorme risco de desaceleração econômica. Por causa disso, o governo anunciou um pacote de estímulo de US $585 bilhões em 2008 – o equivalente a 12% do PIB na época – focado em projetos de infraestrutura e expansão monetária para estimular o consumo das famílias. As políticas do Brasil durante a crise de 2008 se concentraram inteiramente na redução da taxa Selic, bem como no estímulo ao investimento privado para expandir as operações de crédito para bancos públicos, além do banco central aumentar as linhas de crédito para exportadores, em dólares, e para algumas indústrias, principalmente nas indústrias automotiva e de materiais de construção, foram introduzidas isenções fiscais (UCHOA, 2018).

4.4 **Consumo das Famílias e gastos do Governo em 2020**

A economia mundial apresentava nítidos sinais de desaceleração no final de 2019 e se encaminhava para uma nova fase de recessão pela primeira vez desde o fim da crise de 2008 (CORSI, 2020).

Esta tendência foi se concretizando nos primeiros meses de 2020, quando se iniciou a emergência global da pandemia de Covid-19 rompendo as principais cadeias de comércio mundial, além de trazer uma série de medidas de distanciamento social que influenciou de forma negativa diretamente na cadeia produtiva em diversos países (MATTEI; HEINEN, 2021).

Os efeitos no Brasil foram sentidos rapidamente após o fechamento do comércio/estabelecimentos, restrições logísticas, encarecimento dos insumos e da queda da demanda de forma generalizada. Os impactos negativos já salientados por uma economia fragilizada que ainda sofria efeitos de crises anteriores como a de 2014. A pandemia em 2020 selou mais uma década de declive na economia ou mesmo de uma não ascensão esperada, O PIB per capita, que acumulou retração de 0,8% de 2011 a 2019, fechou a década com a queda de 5,5% (IBGE, 2021).

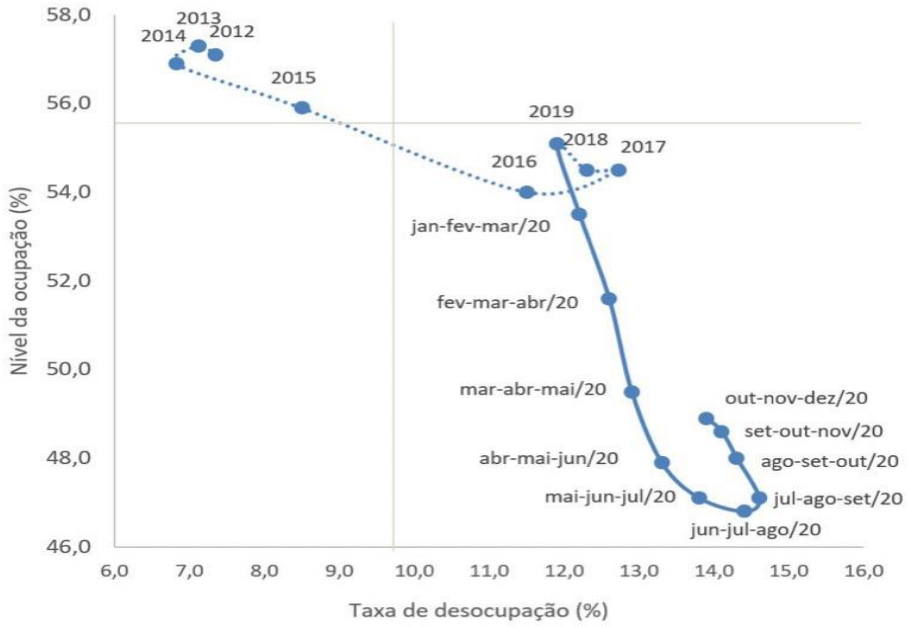
Em 2020 a preocupação com emprego e renda das famílias se mostrava uma das maiores importâncias a serem atendidas, em março de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou para o rápido impacto da crise sobre o mercado de trabalho, mostrando três principais dimensões: a quantidade de emprego (com um aumento exponencial na desocupação e na subocupação); a qualidade do emprego (queda na renda e no nível de proteção social); e a desigualdade consequente (efeito mais evidente em grupos que são vulneráveis a retração do nível de emprego e renda) (ILO, 2020).

No mercado de trabalho brasileiro, os efeitos se potencializaram pelos índices de desemprego elevados, baixa poupança das famílias e baixos níveis de investimento em proteção social ou transferência direta de renda. Neste cenário as mudanças ou consequências inevitáveis da crise da Covid-19 tendem a ser mais severas sobre os trabalhadores. Este momento levou ao encerramento de muitas atividades econômicas ou redução de suas jornadas de produção, impactando de forma abrupta as pequenas e médias empresas, em ramos de intensiva mão de obra pode se verificar um desmonte pois o distanciamento social exigia medidas drásticas para aplacar o contágio. Por outro lado, empresas de grande porte de segmentos

diversos responderam se reestruturando, modificando as atividades e ampliando a produção pela redução do número de trabalhadores empregados (VELOSO; MATOS; PERUCHETTI, 2020).

A crise de Covid-19 pode ter gerado a pior crise histórica no mercado de trabalho nacional. Uma parte da dimensão gerada pelo flagelo é captada pelo comportamento da taxa de desocupação, que atingiu 13,5% em 2020, maior patamar do índice da série histórica. Porém, a intensidade e velocidade com que os efeitos da crise sanitária e econômica inflamaram sobre o mercado de trabalho fizeram com que apenas esse indicador não seja suficiente para verificar toda a extensão do desemprego gerado ao longo deste período (BACCIOTTI, MARÇAL,2020; PNADC/T, 2021).

Figura 2 - Taxa de desocupação (1978-2020, em %).



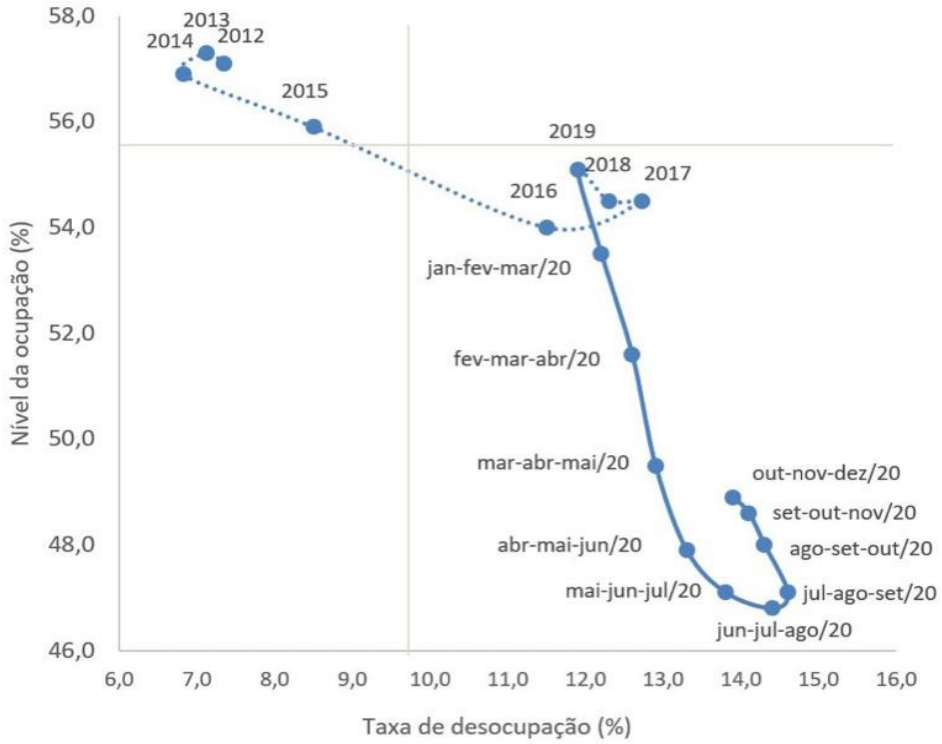
Fonte: (MATTEI; HEINEN, 2021).

Com isso, mesmo que o nível de produção e atividade econômica prévio a crise seja recuperado, o mesmo não pode ser afirmado quanto ao emprego, pois também o nível de informatização foi elevado a níveis nunca vistos antes impulsionado pelas restrições a fim de atender a necessidade do momento.

Na metodologia da PNAD Contínua, a taxa de desocupação é dada pela razão entre a população desocupada e a força de trabalho. A população desocupada é o

contingente de pessoas não ocupadas que estavam aptas a trabalhar na semana de pesquisa e que realizaram alguma busca efetiva por trabalho dentro do período de 30 dias. A pandemia dificulta bastante o cumprimento destas condições de pesquisa, então o mercado de trabalho nacional pode ser melhor analisado se verificarmos não apenas os dados de desocupação, mas também os próprios dados de ocupação no mesmo período (IBGE, 2020). Essa relação entre os dados pode ser verificada na figura 3.

Figura 3 - Evolução do nível de ocupação e a taxa de desocupação (2012-2020, em %)



Fonte: (MATTEI; HEINEN, 2021).

Com estes dados pode-se verificar o impacto gerado no ambiente de trabalho na economia nacional, e podemos salientar a consequência gerada por esse aumento exponencial na desocupação, que em termos gerais é bastante relevante economicamente falando; renda, este indicador é o responsável por gerar o maior desconforto na economia das famílias e indivíduos, podemos ver baseados nos dados apresentados que a renda sofreu um grande declive nesse período. Algo importante a ser ponderado é que os índices de trabalho não irão acompanhar o

ritmo de recuperação da economia assim como citado anteriormente, então podemos dizer que o índice de renda irá sofrer um duro golpe em que levará tempo para alcançar o percentual pré-pandemia e pode não ter o mesmo nível de crescimento que anteriormente detinha, pois as mudanças impostas pela crise estabelecida, podem ser permanentes (MATTEI; HEINEN, 20021).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou dados após o momento em que as medidas restritivas já se abrandavam em todo o País, cenário em que as empresas e estabelecimentos em geral podiam vislumbrar um novo normal na economia, negócios e sociedade.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da Covid-19 a massa de rendimentos efetivo e habitualmente recebidos mostra um decréscimo destes rendimentos efetivamente recebidos pelos indivíduos com importância percentual de -6,3%, na tabela 4, estes dados ilustram o período de setembro a novembro de 2020.

Tabela 4 - Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação (set-nov/2020)

	Efetiva	Habitual	Efetiva	Habitual	Efetiva	Habitual	Taxa de crescimento da massa salarial efetiva
	Novembro		Outubro		Setembro		
Total	181,9	194,2	181,4	195,7	178,2	196,8	0,23
Formal	110,3	113,1	110,5	113,8	110,1	114,3	-0,25
Informal	19,1	20,6	19,4	21,0	18,4	20,4	-1,14
Conta própria	38,9	45,5	37,9	45,6	36,3	46,1	2,54
Empregador	13,6	15,0	13,7	15,3	13,4	15,9	-1,20

Fonte: produzido pelos autores a partir de (MATTEI; HEINEN, 2021).

Os valores mostram que a diferença da massa efetiva e habitualmente recebida pelos trabalhadores que atuam por conta própria representam a metade da diferença total, apesar do número de trabalhadores e por sua vez a massa efetiva de atuação independente ter crescido mais de 2,5% neste intervalo apresentado, os mesmos receberam efetivamente R$ 38,9 bilhões, e anteriormente recebiam habituais R$ 45,5 bilhões (Diferença de R$ 6,6 bilhões cerca da metade da diferença do total de R$12,3 bilhões).

Estas importâncias mostram que houve um prejuízo geral na renda dos trabalhadores e empresas causando o empobrecimento dos indivíduos e famílias.

Forçados por este embate sanitário e econômico, os trabalhadores migraram de ocupações formais para informais. Lembrando que esta migração não é meramente opcional, mas sim uma imposição pela situação atual de mercado que levou metade da população brasileira a desocupação e insuficiência de renda. Medidas adotadas para frear o evento sanitário massacraram a economia e a renda das famílias; assim foi possivel ver a reinvenção de modelos de renda e trabalho para driblar o inevitável curso econômico (CARVALHO, 2021).

A partir da crescente de casos confirmados de Coronavírus no Brasil e o início das medidas restritivas na maioria dos estados e cidades, iniciou-se debates sobre uma possível ajuda emergencial. Debate este impulsionado por medidas tomadas inicialmente por alguns países mais desenvolvidos. Esta ajuda visava atender as camadas mais afetadas da população. Além do mais, ações macroeconômicas visando minimizar demissões neste período também foram discutidas. Como políticas de crédito e incentivos fiscais direcionados (FEIJÓ et al, 2020).

A proposta inicial oriunda do governo federal Brasileiro visando distribuir uma renda básica emergencial foi de R$ 200,00 (equivalente a 20% do salário mínimo naquele momento) para as classes que incluíam desempregados, beneficiários do bolsa família, microempreendedores individuais, mães solos e outros. Além desta proposta estava em debate a possibilidade de redução de carga horária ou jornada de trabalho com redução proporcional dos rendimentos (FEIJÓ et al, 2020).

As propostas iniciais levavam em consideração equilíbrio de gastos e uma grande preocupação com déficit orçamentário, desta forma muitas consideram este pensamento como neoliberal e isso pode ser visto com bons olhos se percebida a preocupação com as contas públicas que inevitavelmente são pagas pela população de uma forma ou de outra.

A renda emergencial sobre a análise dos parlamentares e opositores de governo, estava demorando muito a ser implementada, e críticos apontavam a tentativa de redução de salários dos servidores públicos extremamente danosa, o que divide bastante opinião pois os servidores em extrema maioria têm maior rendimentos que trabalhadores do mercado (SCHAEFER et al, 2020).

O Congresso Nacional aprovou, em março de 2020 o projeto de Lei que institui um auxílio emergencial de R$ 600,00 para a população vulnerável e baixa renda com exceção de famílias as quais o arrimo seja mulher e essa tenha filhos, neste caso o auxílio seria R$ 1200,00.

Também foi aprovada uma linha de crédito subsidiada pelo Estado as pequenas e médias empresas para que seja atendido a folha de pagamento a fim de preservar empregos, nessa medida a empresa se vê obrigada a não demitir o funcionário cujo salário está vinculado ao empréstimo (SERRA; LEONAL, 2020).

Uma outra proposta foi a possibilidade para os empregadores do setor privado realizar o afastamento dos funcionários sem o pagamento dos salários, porém abrindo a possibilidade desses empregados recorrerem ao sistema de seguro desemprego. Neste caso, os funcionários que forem desligados e recorrerem ao seguro desemprego terão uma diminuição na renda de acordo com as regras do seguro, mas o intuito no momento é que os mesmos não ficassem sem rendimento algum para seu sustento (SERRA; LEONAL, 2020).

As medidas adotadas pelo governo são de grande importância para mitigar os efeitos gerados pela crise, porém jamais foram suficientes para proporcionar o bem-estar anterior. Esta ação tem por fim abrandar o mal já estabelecido pela crise imposta. As restrições à mobilidade intensificam os danos à economia, e o auxílio emergencial abrange uma parcela insuficiente da população pois pelos dados já apresentados a economia nacional verificou a metade da população em desocupação; mal assim não poderia ser alcançado por um auxílio governamental, verificando desta forma que a intervenção do Estado em momentos de crise é de extrema importância para que a população seja atendida e socorrida. A mão do estado pode trazer proteção a população e um impulsionar na recuperação econômica, caso este que os auxílios implementados tiveram papel exponencial para a recuperação da economia e um vislumbrar da credibilidade econômica geradas por estas ações, podemos salientar o auxílio emergencial dado a população como o papel expressivo no movimentar monetário que traz um fôlego a economia já dilacerada pela crise (SERRA; LEONAL, 2020).

Em uma tentativa de estabilizar os danos e proteger o emprego e a renda da população, o Estado continuou a intervir na economia. Criando medidas emergenciais de acesso ao crédito, liberando verbas para os ministérios de economia, turismo e educação. Além de priorizar o micro e pequeno empreendedor custeando os pagamentos de funcionários. Foram reduzidas as taxas de importações e zerando os impostos federais sobre diversos produtos básicos (CARVALHO, 2021).

A liberação do saque do FGTS, além de isenção do IOF, bem como suspensão de pagamentos, suspensão de atos de cobrança, redução a zero do IPI, renegociação de dívidas, crédito especial para produtores rurais, e as ampliações de programas sociais trouxe mais renda às famílias durante o período mais obscuro da crise (GOV, 2020).

Desta forma, a importância Da atuação do governo central em manutenção da renda dos trabalhadores deve ser incisiva pois a redução deste indicador gera um impacto negativo com efeitos em cadeia, redução no poder de compra das famílias e indivíduos e consequentemente o agravamento de problemas sociais já existentes e o iniciar de novos prejuízos sociais, uma redução inevitável no PIB nacional e isso nos mostra que os efeitos no decréscimo de renda trazem um prejuízo grave com força exponencial. A manutenção da renda pode mitigar os efeitos em cadeia que a falta de demanda pode gerar na economia (FEIJÓ et al, 2020).

Dentro do modelo de intervenção incisiva do Estado em momentos de crise o seu endividamento não é um problema e passa a ser uma necessidade para socorrer a economia e não deixar que ela seja sufocada pela falta de demanda. Considerando que o PIB tenha seu crescimento interrompido ou até tenha decréscimo em relação ao período anterior pode levar a ter um efeito negativo ainda maior para a dívida pública nacional, dado que quanto menor o PIB maior será o peso da dívida quando visto a relação dívida pública/PIB. Desta forma o modelo expansionista em momentos de crise, colabora para a realidade social, considerando as camadas mais pobres, além disso irá mitigar os efeitos negativos gerados sobre o endividamento público (FEIJÓ et al, 2020).

O Governo Federal dispõe de mais instrumentos para atuação em uma política fiscal expansionista visando a manutenção do emprego e da renda. Porém é importante verificar a importância dos governos locais na atuação conjunta e mais próxima da população, os governos locais podem complementar as ações já adotadas pelo governo central como também podem aplicar políticas que visam atender sua realidade, pois desta forma as ações se tornam mais acertadas. A proximidade com empresas locais também é benéfica para a manutenção do emprego e renda, esta ação conjunta torna as políticas emergenciais mais eficientes (SCHAEFER et al, 2020).

4.5 Ferramentas da Teoria Keynesiana utilizadas nas crises de 1929/2008/2020

As ferramentas utilizadas nas três crises estão bem fundamentadas na teoria Keynesiana de acordo com o quadro 3. E a seguir serão apresentadas algumas características comuns nas três crises estudadas.

Quadro 4 – Ferramentas utilizadas pelo Governo Brasileiro para a recuperação das crises de 1929/2008 e 2020

FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA DE ACORDO COM TEORIA KEYNESIANA NAS CRISES 1929/2008/2020			
FERRAMENTAS	**CRISE DE 1920**	**CRISE 2008**	**CRISE 2020**
Consumo das famílias	Redução de tarifas alfandegarias	Cortou impostos para estimular a demanda privada	Distribuição de renda, por meio do auxilio emergencial
	Redução de impostos sobre produtos	Redução de juros	Medidas para promover emprego e renda
	Distribuição de renda	Redução de impostos sobre produtos	Redução de impostos sobre produtos
Gastos com Investimento	empréstimos para pequenos agricultores	Resgate de empresas em dificuldades	Linha de crédito para pequenas e médias empresas com juros mais baixos
	Investimentos na indústria	Remessa de capital	Investimentos na indústria
	Investimentos estatais e privados	Empréstimos para bancos comerciais	Aumento do prazo de pagamento de financiamentos
Gastos do governo	Gastos com infraestruturas	Assistência para instituições financeiras em dificuldades	Liberação de verbas para os estados
	Criação de obras públicas	investimentos em infraestrutura, escolas e energia	Crédito para os setores da economia mais afetados pela pandemia
Auxilio do governo	Salário mínimo para idosos e inválidos	Resgate fiscal com reembolso e dedução de impostos	Isenção da taxa de energia para famílias carentes
	Compra de mercadorias paradas	Ajudou famílias a pagar hipotecas de alto risco.	Auxilio emergencial para desempregados e vulneráveis
	Salário desemprego		
Variações na política fiscal	Reforma do sistema bancário e monetário	Redução da taxa básica de juros	Redução de impostos

	Fiscalização das transações bancárias	Estímulos ao investimento privado	Zerou os impostos sobre transações financeiras
	Fiscalização das instituições financeiras		
Taxa de juros	Aumento da taxa de juros	Redução da taxa básica em 0,50 ponto percentual	Redução da taxa de juros
	Fixação de preços em produtos básicos	Congelou os juros das hipotecas de alto risco por 5 anos	Redução dos juros sobre financiamentos de longo prazo
	Linha de crédito a baixo custo	Cortou as taxas de empréstimos de emergência	Linha de crédito a baixo custo
Geração de empregos	Construção de obras públicas		Construções de obras públicas
	Criação de sindicatos ão-empregado)		financiamentos para custear folha de pagamentos

5 CONCLUSÃO

Através dos relatos descritos pode-se ver que a teoria de Keynes e suas ferramentas foram aplicadas na crise de 1929, para solucionar a crise, através do *New Deal* implantado por Franklin D. Roosevelt. Houve a Intervenção do Estado na economia através da fiscalização das transações bancárias e instituições financeiras, criação de sindicatos para favorecer as negociações entre os trabalhadores e patrões, a construção de diversas obras de infraestrutura para criar novos empregos e gerar renda e com isso estimulando o mercado consumidor, concessão de empréstimos para pequenos agricultores criou a Previdência Social, que asseguraria um salário-mínimo para desempregados, idosos e inválidos.

Semelhantemente aconteceu na crise do Subprime em 2008, onde teve um alto nível de desemprego nos EUA e também em outros países. E novamente o Estado atuou de forma massiva para conter os estragos causados pela bolha imobiliária. Mas dessa vez a intervenção se concentrou na redução das taxas de juros, mas o estado também resgatou empresas, liberou crédito, aumentou seus gastos com obras públicas.

Na crise mais recente em 2020 que inicialmente começou com uma crise sanitária e então desencadeou uma crise financeira mundial. Aqui foi possivel ver o Estado intervindo diretamente na economia, e isso numa tentativa de não deixar o país entrar em um colapso.

A maioria dos países tomaram medidas para garantir a subsistência das famílias mais vulneráveis como também das empresas que tiveram suas atividades paralisadas. Desta forma então no Brasil, adotou medidas emergências como o auxílio emergencial que visava distribuir renda aos grupos vulneráveis e desempregados, bem como ajuda a médias e pequenas empresas e também mudanças no calendário de pagamento de diversos impostos, para evitar demissão em massa o Estado subsidiou parte do salário dos funcionários das empresas autorizando a redução da carga horária e suspenção de contratos.

Observou-se que as ferramentas utilizadas nas três crises como política monetária, política fiscal, política cambial, geração de emprego/renda, criação de políticas assistenciais foram usadas nas três crises (1929, 2008, 2020).

Observou-se também que entre as crises citadas a intervenção do Estado foi essencial para o atendimento das famílias mais vulneráveis, das instituições e da

própria economia. Dentro da teoria de Keynes de demanda efetiva por emprego vem sendo atendida gradativamente conforme o aquecimento da economia.

Pode - se afirmar que as ferramentas da teoria Keynesiana foram aplicadas com sucesso, nos países afetados como EUA e Brasil também, nas duas primeiras crises (1929 e 2008).

Em relação à crise de 2020 ainda não se pode afirmar que tudo foi resolvido, pois a crise ainda não passou, apenas deu trégua temporária a economia. Com esta compreensão pode-se analisar parcialmente que as medidas expansionistas adotadas pelo Estado brasileiro como acertadas, pois, mesmo que tais medidas causem um endividamento e déficit primário, medidas assim são necessárias e essenciais em momentos de crise, tanto para recuperação econômica como para o início de uma nova fase de crescimento.

O objetivo do estudo foi alcançado pois foi possivel verificar a utilização de ferramentas da teoria Keynesiana dentro da Economia visando a recuperação em momentos de crise. A captação dos dados para a pesquisa se mostrou mais desafiadora referente aos dados da crise de 1929 pelo fator tempo.

Sugerem-se novos estudos, principalmente com os resultados das ações em cada momento de crise, a fim de verificar sua efetividade e, consequentemente, manutenção. Também uma mensuração sobre os impactos nos cofres públicos e recuperação em momentos de crise se mostram necessários para contribuir na compreensão acadêmica das implicações de tais ações, a fim de elevar o conhecimento comum da melhor estratégia a ser tomada em momentos tão desafiadores. A compreensão de temas tão relevantes se mostra com grande importância para que decisões acertadas sejam tomadas em momentos de oportunidade ou mesmo de necessidade.

REFERÊNCIAS

AUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

ALBERINI, Daniel Vinícius e DEEKE, Leonardo Bugoszewski. Por Dentro do Subprime: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira. 2008.

BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas: retropolação da PNAD contínua de 1976 a 2016. Textos para Discussão, São Paulo: FGV, nº 522, fev/2020.

BARREIRAS, Daniel de Pinho. Crise Econômica e Retomada do Crescimento: Regulação, Intervenção e Investimento Público nos Estados Unidos (1929-1939). 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. BNDES Crédito Pequenas Empresas. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-credito-pequenasempresas>. Acesso em: 02, mai. 2020.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld e MATTOS, Fernando Augusto Mansor. Crise do Subprime nos Estados Unidos: a reação do setor público e o impacto sobre o emprego. Revista Tempo do Mundo. 2011.

BONATTO, Felipe Bernardes. Zona do Euro e a Crise de 2008: um estudo sobre a relação entre integração monetária e recuperação econômica em países selecionados. São Paulo, SP. 2018.

CAMPOS, Catherine Fernandes. A Crise do Subprime e seus efeitos sobre os Estados Unidos e reflexos no Brasil. Araraquara, SP. 2010.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. 2021.

FEIJÓ, Carmem et al. Covid 19 e os desafios do desenvolvimento. Boletim Finde. 2020.

CAVALCANTI, Miguel da Rocha. O Consumo nos EUA em números, muitos números. Disponível em: https://www.beefpoint.com.br/o-consumo-nos-eua-em-numeros-muitos-numeros/. Acesso em: 25 de abril, 2022.

CASTRO, Ruy. As principais ações do governo americano para deter crise econômica. Folha de São Paulo, 2008. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mercado/2008/09/442335-veja-as-principais-acoes-do-governo-americano-para-deter-crise-economica.shtml?loggedpaywall. Acesso em: 30 de abril, 2022.

CALZOLAIO, Aziz Eduardo. Política fiscal de incentivo à inovação no Brasil: análise do desempenho inovativo das empresas que usufruíram benefícios da lei n° 11.196/05 (lei do bem). 2011.

CONTRI, André Luis. A recuperação da economia norte-americana diante da crise econômica mundial. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 31-40, 2013.

CORAZZA, Gentil. Estado e liberalismo em Adam Smith. **Ensaios FEE**, v. 5, n. 2, p. 74-94, 1984.

CORSI, F. L. O capitalismo global e a pandemia. Mundo e desenvolvimento, Franca/SP, v. 1, n. 4, p. 212-233, set/2020. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/71/67. Acesso em: 18 de abril de 2022.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. FGV, EBAP. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. O craque de 1929 e a grande depressão da década de 1930. Crise, Revolução e Contra-Revolução. São Paulo. 2011.

CRIVELLI, Cesar. O novo boom imobiliário nos EUA. Disponível em: https://br.investing.com/analysis/o-novo-boom-imobiliario-nos-eua-200440130. Acesso em: 26 de abril,2022.

CHANCELLOR, Edward. Salve-se quem puder. Uma história da especulação financeira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
DAMASCENO, Thaís Lima e NAVES, Larissa Deus. A Crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. 2013.

DE PAULA, Luiz Fernando. Sistema financeiro, bancos e financiamento da economia:
uma abordagem keynesiana. 2014.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

FILHO, Mário Januário. FERRASSA, Rodrigo e ORTEGA, Luciane Meneguin. O Impacto da Crise Econômica Mundial no Setor Automotivo: um estudo de caso na General Motors. 2013.

GAZIER, Bernard. A Crise de 1929. Porto Alegre, L&PM, 2009.

HELLER, Claudia. O modelo simplificado de A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda segundo James Meade. **Anais do VI Encontro Nacional de Economia Política**, 2001.

HEILBRONER, Robert. A história do pensamento econômico. Editora Nova Cultural, 1996.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNADC: Notas técnicas versão 1.8. 2020. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2022.

ILO – Internacional Labour Organization. COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses. ILO Monitor, 1ª ed., mar/2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--dcomm/documents/briefingnote/wcms_738753. Acesso em: 5 de maio de 2020.

SERRA, Allan Carlo Viégas; LEONEL, Antônio Carlos Bezerra. Perspectivas Da Política Econômica Brasileira Em Tempos De Pandemia Do Covid-19. 2020.

SILVA, A. D. (1996). Os Economistas: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

JARDIM, Maria Chaves. A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 4, 2013.

KEYNES, John Maynard. Teoria geral do Emprego do Juro e da Moeda. 1936.

KROTH, Darlan Christiano. A Economia Brasileira Frente A Pandemia Do Covid-19: Entre As Prescrições E As Propostas Do Governo. 2020.

LEMOS, Nathalia Gabrielle; Alencar, Douglas. As Crises De 2008 E Covid-19: Uma Análise Comparativa A Partir Da Teoria Pós-Keynesiana. 2020.

MAAHS, Fabiane. A crise econômica de 2008 nos estados unidos e no brasil. 2014

MARTINS, Luis Carlos dos Passos e KRILOW, Leticia Sabia Wermeier. A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do Crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. 2015. Disponível.

MATTEI, Lauro e SILVA, Kattiane Medeiros Santos. Crises econômicas e possíveis saídas à luz das teorias keynesiana e pós-keynesiana. 2017.

MATTEI, Lauro; SILVA, Kattiane Medeiros Santos. Crises econômicas e possíveis saídas à luz das teorias keynesiana e pós-keynesiana. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 13-13, 2018.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanço dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. 2021.

MAZZUCCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/new-deal.htm acesso em 19/05/2022 as 9:22

NEVES, Filipe Peixoto. A Grande Depressão Americana: Exposição dos discursos divergentes sobre a crise que abalou o século XX. Mundo Livre: Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 2, p. 184-201, 2020.

ORNELAS, Eduardo Brandão, A teoria keynesiana, o Brasil e a narrativa “economia versus saúde” diante da pandemia: como as estratégias e políticas anticíclicas têm sido utilizadas? 2020.

PARKER, Selwyn. O Crash de 1929: as lições que ficaram da grande depressão. São Paulo: Globo, 2009.

RICARDO, Javier. O Programa de Alívio de Ativos Problemáticos (TARP) salvou a economia? 2021.

PEREIRA, Bresser - Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009.

ROSSINI, G. A. A. A crise de 1929: um evento de proporções épicas e efeitos duradouros - Resenha. Revista de Economia da PUCSP, v. 2, p. 280-285, 2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS- SEBRAE. Pequenos negócios em números. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-emnumeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 26 março. 2022.

SILVA, Daniel Neves. "Crise de 1929"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/crise29.htm. Acesso em: 22 de abril de 2022."

SILVA, Fábio José Ferreira e NETO, Fernando de Aquino Fonseca. Efeitos da Crise Financeira de 2008 sobre o desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. 2014.

SILVA, Roseli Basso. Crise do subprime no Brasil: Marola ou tsunami econômico. Disponível em: https://randomwalk.com.br/2017/05/23/crise-do-subprime-no-brasil-marola-ou-tsunami-economico/. Acesso em: 30 de abril, 2022.

SCHAEFER, Bruno Marques et al. Ações governamentais contra o novo coronavírus: evidências dos estados brasileiros. 2020.

UCHOA, Pablo. Como 5 economias reagiram à crise mundial – e como estão 10 anos depois. BBC News Brasil, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45442713. Acesso em: 30 de abril, 2022.

VELOSO, F.; MATOS, S.; PERUCHETTI, P. Dados do terceiro trimestre indicam que persiste a incerteza sobre os indicadores de produtividade no Brasil. Indicadores trimestrais de produtividade do trabalho, IBRE/FGV. 2020.